



Produção de ciência na Magistratura

Relatório de atividades

2020
2022



Produção de ciência na Magistratura

Sumário

Apresentação.....	4
CPJ em Números.....	5
O maior acervo de dados da Magistratura....	7
Pesquisas.....	10
Publicações.....	20
Relatórios.....	23
Eventos.....	24
Live/Webinar.....	29
Parcerias.....	31
Site.....	35
Na mídia.....	36
Reuniões.....	38

A Magistratura sob a ótica científica

O Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tem desenvolvido estratégias que fazem o órgão um farol para o Judiciário no Brasil. O CPJ atento às complexidades do Sistema de Justiça tem trazido o futuro para o presente, com estudos de relevância para a toda comunidade jurídica e para a sociedade civil organizada.

O Centro foi instituído como órgão social permanente da AMB, em 1ª de outubro de 2019, sob a direção do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão. Com o papel de analisar as problemáticas do Poder Judiciário; refletir sobre o fenômeno da crescente judicialização, quais seus efeitos em relação à própria Magistratura, bem como a maneira pela qual o Judiciário vem lidando com essas mudanças que demandam uma atuação cada vez mais intensa e variada.

Ao longo dos anos, o CPJ tem contribuído para o aperfeiçoamento da carreira de juízes (as), desembargadores (as) e ministros (as) de Cortes Superiores. Ademais, o funcionamento do Judiciário.

O trabalho, a atuação e os resultados do órgão resultaram em mais de 800 menções na imprensa. Lançado a pouco mais de um ano, o site do Centro já registrou mais de 108.605 acessos, resultando em mais de 800 mil visualizações. Números que demonstram a dimensão da credibilidade do CPJ junto às renomadas instituições de pesquisas.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Diretor Geral

Ministro Luis Felipe Salomão
(STJ)

Vice-Diretor

Marcelo Cavalcanti Piragibe
Magalhães
(MG)

Secretária-geral

Patrícia Cerqueira Kertzman
Szporer
(BA)

Secretária-geral Adjunta

Carolina Somesom Tauk
(TF2-RJ)

Membros

Cássio André Borges dos
Santos
(AM)

Carlos Gustavo Direito
(RJ)

Daniela Pereira Madeira
(TRF 2)

Luciane Cardoso Barzotto
(TRT4)

CPJ em

números

2020 - 2022

10 Pesquisas 

(entre realizadas e em andamento)

ALTA ADEÇÃO ÀS PESQUISAS

Com a participação de
+ de 4.700 magistrados

Milhares de
peças impactadas



1 Concurso
de Artigos
Científicos

+ de
**40 artigos
inscritos**

+de
60 
Reuniões

9 
parcerias de
cooperação
assinadas

+de
10 
eventos

CPJ em números

2020 - 2022

publicações

2 Livros

3 Revistas

site



Acessos
+ de 108 mil

Visualizações
de páginas
+ de 800 mil

Notícias
**+ de 100
matérias
publicadas**

na mídia



+ de 800
menções na
imprensa

O maior acervo de dados da Magistratura

Há 26 anos, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tem tido a cosmovisão da magistratura sob a ótica da ciência, a fim de compreender, aperfeiçoar e humanizar a dinâmica do Sistema de Justiça. Ao longo das décadas, a AMB – pari passu às demandas sociais e da categoria – tem se dedicado a conhecer a realidade do Poder Judiciário. Desde 2019, o órgão tem se consolidado como referência no fomento de diagnósticos, estudos e pesquisas sobre a organização da Justiça.

O Centro é o mais completo inventário já realizado sobre a opinião, os hábitos profissionais e o pensamento jurídico de juízes (as), desembargadores (as) e ministros (as) nacionais.

No início do ano de 2021, o CPJ assumiu o desafio de organizar, digitalizar, indexar e dar publicidade ao amplo acervo de pesquisas e estudos desenvolvidos pela AMB desde o ano de 1996, até as mais recentes pesquisas coordenadas pelo órgão.

Os estudos produzidos pela Associação e agora pelo CPJ estão disponíveis pelo site cpj.amb.com.br. O objetivo da plataforma é dar acesso à comunidade jurídica sobre a produção acadêmica da entidade.

1996

O Perfil do Magistrado Brasileiro

1998

Direitos Humanos e Democracia

2000

Violência e Criminalidade Causas e Soluções
Visão da Magistratura

2004

Imagem do Poder Judiciário

2005

Magistrados Brasileiros
Caracterizações e opiniões da AMB

2005

Opinião dos Associados sobre a atuação da AMB

2007

Imagem das instituições públicas brasileiras

2007

Imagem do Poder Judiciário

2007

Judiciário Brasileiro em Perspectiva

2008

Barômetro AMB de Confiança nas Instituições Brasileiras

2008

Opinião pública Voto, Eleições e Corrupção Eleitoral

2008

Percepção da população brasileira sobre adoção

2009

Condições de trabalho dos juizes

2010

Pesquisa de opinião pública e política
Perfil do eleitor

2010

Pesquisa quantitativa magistrados - AMB

2012

A atuação
da AMB

2015

A AMB quer
ouvir você

2015

O uso da
justiça e do
litígio no Brasil

2018

Quem somos.
A Magistratura que
queremos

2019

Estudo da
Imagem do
Judiciário
Brasileiro

2022

Um Estudo do
Processo de
Recuperação de
Empresas

2022

2º Censo de
magistrados com
deficiência,
necessidades
especiais
ou doença grave,
e magistrados
responsáveis por
pessoas na
mesma condição

2022

O Exercício da
Jurisdição e a
Atualização de
Novas Tecnologias
de Informação e
de Comunicação

2022

Pesquisa
Teletrabalho
CPJ

pes
quis
sas



**Estudios
concluídos**

1

Pesquisa de Aposentadorias e Exonerações de magistrados

(2016 a 2020)

Realização: CPJ



O projeto de estudo sobre aposentadorias e exonerações de magistrados nasceu após veiculação de notícias na mídia sobre um possível êxodo na magistratura. De prontidão, o CPJ realizou um levantamento, enviando para 56 tribunais um pequeno questionário. Foi recebido retorno de 42 tribunais (75%). O relatório concluiu que não havia movimento de abandono da carreira e o relatório se transformou em material de uso interno da AMB e associações.

2

Pesquisa “Um Estudo do Processo de Recuperação de Empresas”

Realização: CPJ/FGV



O estudo "Processo de Recuperação de Empresas" analisou processos que tratam da recuperação judicial nos tribunais do país, identificou as fragilidades e potencialidades e propôs soluções e práticas para aprimorar o sistema de insolvência no Brasil.

Além de juízes e juízas, a pesquisa contemplou também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as administrações dos tribunais, advocacia e as empresas recuperandas.

O estudo identificou, por exemplo, que os Tribunais de Justiça ainda precisam investir mais na criação de planos de ação para incentivar a recuperação extrajudicial de empresas em dificuldade. Só três deles - os de Pernambuco, Santa Catarina e Roraima - possuem esse tipo de programa.

Além disso, os Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro concentraram quase metade de todos os processos de recuperação que foram instaurados em 2018 e 2019. Entre 2018 e 2020, houve crescimento de 43% no volume de processos da justiça de 1º grau; 77% na de 2º grau e 13% de aumento dos processos no STJ. A pesquisa constatou ainda um aumento de 335% das recuperações extrajudiciais de empresas no âmbito dos Tribunais de Justiça.

O tempo médio da duração dos processos de recuperação judicial e extrajudicial de empresas também aumentou. Houve crescimento, em média, de 30% de 2018 para 2020 - apesar de o número de processos, anualmente, ter sido menor.

30,3%

dos juízes consideram ineficiente e demorado o processo para recuperação de crédito. 39,4% até consideram eficiente, mas concordam que é demorado.

49%

dos advogados dizem que há insegurança jurídica para conseguir aportes de recursos financeiros para empresas em recuperação.

30%

de 2018 a 2020, apesar do número de processos anualmente ter sido menor. Apenas os tribunais TJPE, TJSC e TJRR possuem planos de ação para incentivar a recuperação extrajudicial de empresas em dificuldade. Do restante, 28% afirmam que estão desenvolvendo.

64%

dos advogados consideram o processo de recuperação transparente no Brasil, enquanto 32% dizem que não é.

60%

dos advogados não recebem nenhuma orientação da OAB para oferecer a possibilidade de recuperação extrajudicial.

1,6 vezes

Houveram aumento de 1,6 vezes no número de pedidos de recuperação extrajudicial, de 2018 a 2020.

3

2º Censo da AMB de Magistrados com Deficiência, Necessidades Especiais ou Doença Grave e Magistrados Responsáveis por Pessoas na mesma condição.

Realização: CPJ/AMB



Em parceria com a diretoria de Política Institucional e de apoio para Magistrados com deficiência, necessidade especial, doenças graves ou dependentes nesta condição, o CPJ realizou o 2º Censo da pesquisa para identificar a quantidade de juizes, desembargadores, ministros e seus dependentes nestas situações. O objetivo foi fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas efetivas para que os magistrados com deficiência física ou dependentes nesta condição.

No total, 813 magistrados participaram da pesquisa. Destes, 101 afirmaram ter deficiência. Quanto ao tipo de deficiência, destaca-se o predomínio de deficiência física (47%), seguido de deficiência visual (18%) e deficiência auditiva (16%). Quanto à distribuição do(a)s magistrado(a)s por doença grave, 11% do(a)s respondentes afirmaram possuir doença grave (87 pessoas). Dentre elas, novamente a predominância é masculina: 58 homens para 29 mulheres. As principais doenças relatadas pelo(a)s magistrado(a)s foram neoplasia maligna (19) seguida de cardiopatia grave (18).

Quanto à distribuição do(a)s magistrado(a)s por dependentes com deficiência, 25% relataram possuir 1 dependente com deficiência e 2% relataram possuir mais de 1 dependente com deficiência, totalizando 27%, que corresponde a 218 magistrado(a)s. A maioria possui transtorno do espectro autista, obtendo quase a metade dos registros de dependentes (45%).

813

magistrados responderam ao questionário, 205 destes (25%) não eram associados à AMB.

101

dos magistrados respondentes possuem deficiência (47 possuem deficiência física).

87

magistrados respondentes possuem doença grave (19 deles sofrem de neoplasia maligna)

58

magistrados respondentes possuem dependentes com doença grave (15 deles são doentes psiquiátricos)

57%

afirmaram ter conhecimento da Resolução 343 do CNJ

321

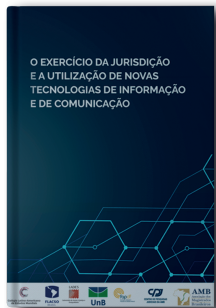
magistrado(a)s teriam direito a condições especiais de trabalho em virtude da sua condição ou da condição do dependente, destes apenas 70 (9%) atualmente a possui

A grande maioria dos dependentes com deficiência são filhos ou enteados (148 de 192 declarados).

4

O exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação

Realização: CPJ/UnB/Flasco



O objetivo da pesquisa foi coletar as percepções da magistratura sobre o contexto da transformação digital da Justiça, os limites e possibilidades de virtualização de atividades e o seu impacto para a garantia de direitos.

Mais de 1,8 mil magistrados participaram do estudo. Destes, 76,5% consideraram que o acesso da população aos órgãos de justiça foi ampliado com a digitalização dos processos. Cerca de 79,1% dos entrevistados concordam que houve a diminuição dos custos do processo, enquanto 86,3% acreditam que as inovações simplificaram procedimentos.

1.862

magistrados responderam ao questionário, 205 destes (25%) não eram associados à AMB.

83%

acreditam que o Balcão Virtual ampliou o acesso da população ao Poder Judiciário

Para 88%

o Programa "Juízo 100% Digital" também aumentou a celeridade dos processos

70%

observa que a população não tem informação sobre os possíveis usos da internet para acessar o sistema de Justiça

859
magistrados

apontam que a ferramenta mais utilizada para atender ao público é o WhatsApp, por ser uma plataforma bastante popular de comunicação

90%

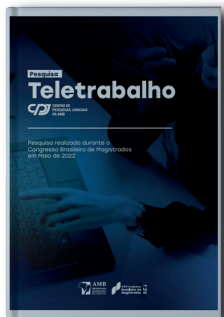
dos magistrados que atuam de forma 100% digital, o programa "Juízo 100% Digital" é o que possibilita que todos os atos processuais sejam praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto

Para 96%

o acesso à Justiça depende do acesso à internet

5 Pesquisa sobre Teletrabalho

Realização: CPJ



Durante o Congresso Brasileiro da Magistratura (CBM), o CPJ realizou uma pesquisa em tempo real sobre a experiência dos juízes e desembargadores com o teletrabalho. Mais de 470 magistrados participaram, sendo que mais de 30% tinham mais de dez anos de carreira.

66,5%

afirmaram que houve aumento da carga de trabalho

83,2%

responderam que melhorou a relação com a família e amigos

88,9%

disseram que esse modo de trabalho melhorou a produtividade e a qualidade de vida

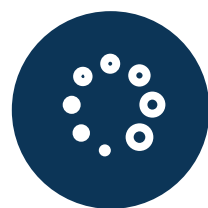
91,8%

perceberam economia de tempo

96,9%

avaliaram como positiva a experiência com as atividades remotas em comparação com as atividades presenciais

**pes
qui
sas**



**Estudos em
andamento**

1 Perfil das Magistradas Brasileiras e Perspectivas rumo à equidade de gênero nos Tribunais

Realização: CPJ/AMB/ ENFAM



Pela primeira vez em 72 anos de história, a AMB em parceria com o CPJ e a diretoria da AMB Mulheres, realizou uma **pesquisa voltada exclusivamente para mulheres magistradas**. As informações coletadas vão permitir descobrir quem são as magistradas brasileiras e quais são as principais dificuldades enfrentadas nos tribunais, além de subsidiar a formulação de políticas públicas para incrementar a presença feminina nos órgãos de justiça e a atuação institucional das mulheres nos espaços de poder.

1.451 respondentes | sendo todas magistradas mulheres

2 Perfil da magistratura no âmbito da América Latina

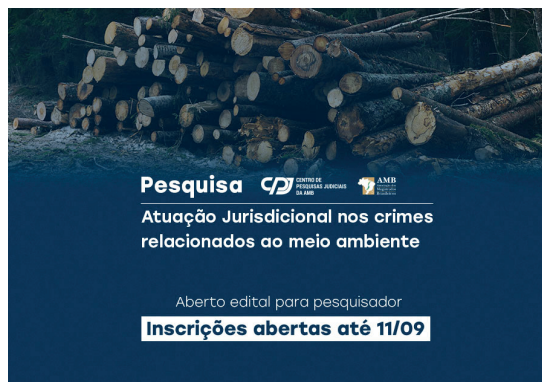
Realização: CPJ/FLAM/IPESPE



O Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPJ/AMB) e a Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM) com o apoio do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) realizam **pesquisa internacional inédita** com base em dados fornecidos pela magistratura dos países latino-americanos. **É a primeira vez em que se realiza este tipo de estudo com magistrados e magistradas de diversos países da América Latina, simultaneamente**. O levantamento de dados pretende fornecer uma visão mais clara das diversas realidades vivenciadas, permitindo identificar eventuais dificuldades e estabelecer eixos comuns de atuação, e fortalecer a independência judicial na região. A pesquisa finalizou a fase de coleta com **1.573 respostas de 16 países**. A análise está sendo realizada para os 11 países que obtiveram o quantitativo necessário de respostas: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Panamá, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Brasil. O lançamento está previsto para o início de 2023.

3 A Atuação Jurisdicional nos Crimes Relacionados ao Meio Ambiente

Realização: CPJ/CNJ/ABJ



Mapear e analisar as cadeias de lavagem de bens e capitais relacionados à crimes ambientais. Esse é o objetivo dessa pesquisa, que está sendo realizada em parceria com o CNJ e a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ). A pesquisa permitirá a realização de cruzamento de dados, promovendo a governança judicial e ambiental.

4 Pesquisa Atuação jurisdicional no combate às Fake News/ Desinformação

Realização: CPJ/UNESCO



Em uma parceria inédita com a Unesco, o CPJ realizará uma pesquisa sobre fake news/desinformação a partir do judiciário. O projeto tem como meta investigar e analisar os parâmetros que o judiciário tem utilizado para categorizar “Fake News”. A ideia é delimitar conceitualmente, de forma a dar tratamento jurídico adequado ao fenômeno dentro da dinâmica institucional democrática.

5 Diagnóstico sobre a Jurisdição do Transporte Aéreo no Brasil

Realização: CPJ/ALTA/JURCAIB/ABEAR/IATA

Diagnóstico sobre a Jurisdição do Transporte Aéreo no Brasil

O CPJ em parceria com as associações de companhias de transporte aéreo no Brasil irá investigar a excessiva judicialização do setor aéreo no Brasil. O objetivo é realizar um diagnóstico para compreender as causas do problema a fim de buscar soluções para mitigar a questão. O estudo encontra-se em fase de tratativas.

6 Como decide o STJ sobre Trabalho Infantil

Realização: IDP/AMB/FGV/PNUD/JUSBRASIL

idp AMB
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FGV PNUD
JusBrasil

COMO DECIDE O STJ SOBRE TRABALHO INFANTIL?

UMA VISÃO ANALÍTICA DA
JURISPRUDÊNCIA FEDERAL

A Pesquisa é fruto da parceria entre o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por intermédio do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ), o JusBrasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizada para analisar decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no projeto guarda-chuva intitulado “Como o STJ decide?”. A primeira pesquisa do projeto visou responder: “Como o Superior Tribunal de Justiça decidiu, em relação ao trabalho infantil, de 1989 a 2022?”. As análises foram realizadas a partir da sistematização da base de dados fornecida pelo JusBrasil, identificando quais são os principais temas julgados pelo STJ a respeito do trabalho infantil no Brasil.

**publi
cações**

2021

Livro

Sistema Penal Contemporâneo

31 artigos acadêmicos

Temas: o pacote anticrime, crimes de gênero, violência doméstica, ilícitos eleitorais, crimes de ódio, combate à corrupção, corrupção eleitoral, sistema carcerário ou justiça restaurativa



“Sistema Penal Contemporâneo” foi o primeiro livro produzido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) nos seus 72 anos. O material foi idealizado sob a coordenação científica do diretor do CPJ, ministro Luis Felipe Salomão (STJ); da presidente da AMB, Renata Gil; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ); da secretária-geral do CPJ, Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer e do diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso do Sul (EJE/TRE-MS), juiz Daniel Castro Gomes da Costa, e lançado pela editora Fórum.

Entre os autores dos artigos escolhidos para o livro, estão os ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli; e os ministros do STJ Humberto Martins, presidente da Corte, Og Fernandes e Reynaldo Soares da Fonseca. Além desses consagrados autores, foram convidados estudiosos internacionais, como o professor e criminalista Carlos Shikara Vásquez Shimajuko, do Peru; a juíza conselheira do Supremo Tribunal Administrativo de Portugal e professora Maria Benedita Malaquias Pires Urbano; e a professora e procuradora junto à Corte Suprema de Justiça da Colômbia, Paula Andrea Ramírez Barbosa, que trazem novas perspectivas de análise a partir de seus países.



2022

E-book

Estudos de direito e fraternidade na fronteira da paz: diálogos com a pandemia do COVID-19



O e-book é uma coletânea de artigos e resumos de juristas e pesquisadores sobre direito, fraternidade e pandemia. A obra foi produzida em parceria com o Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Fraternidade (DICIFRA/CNPq), vinculado ao curso de graduação em Direito da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus Sant’Ana do Livramento/RS e com o apoio do Conselho Nacional de Justiça.

O livro foi idealizado após a realização do “1º Seminário de Direito e Fraternidade na Fronteira da Paz”, realizado na Universidade Federal do Pampa – Unipampa/RS, no final de 2020. O e-book conta com os melhores trabalhos apresentados no evento, que foram compilados e publicados em formato digital.

A publicação foi coordenada pelo ministro Reynaldo Soares (STJ); pela integrante do CPJ e professora da UFRGS desembargadora Luciane Cardoso Barzotto; pela ouvidora do Conselho de Nacional de Justiça Tânia Regina Reckziegel; e pela professora da Unipampa Deisemara Turatti. O lançamento aconteceu no dia 18 de fevereiro, via webinar.



Relatórios



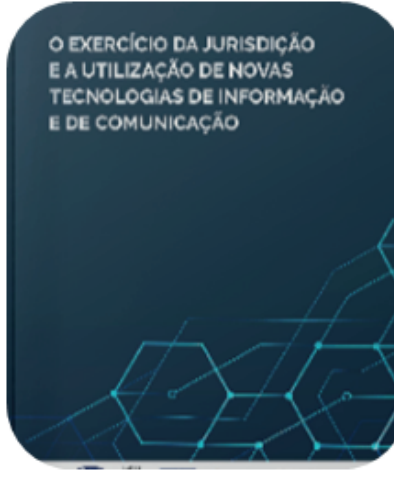
Publicação com o compilado do 2º censo da AMB de magistrados (as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, e magistrados responsáveis por pessoas na mesma condição



Publicação com diagnóstico sobre os processos que versam sobre a recuperação de empresas nos tribunais do país, suas fragilidades e potencialidades



Publicação com o resultado da pesquisa sobre Teletrabalho realizado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados de 2022 (CBM)



Publicação corresponde ao primeiro resultado da pesquisa sobre a transformação digital da prestação jurisdicional no Brasil



eventos

No XXIV Congresso Brasileiro da Magistratura (CBM 22)

Mais de dois mil magistrados participantes do maior evento nacional do poder Judiciário passaram pelo stand do CPJ no Congresso Brasileiro da Magistratura (CBM 22). Painéis de led interativos apresentavam as pesquisas realizadas.

Apresentação de pesquisas

Durante a programação do evento, o CPJ apresentou os resultados de duas pesquisas:

“2º Censo da AMB de Magistrados com Deficiência, Necessidades Especiais ou Doença Grave” e a Pesquisa e “O exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação” – UnB/ Flacso/ CPJ-AMB.



I Concurso de Artigos Científicos

Prêmio Ministro Carlos Alberto Menezes Direito

40 artigos selecionados

3 magistrados premiados

Iniciativa inédita do Judiciário com o objetivo de promover e incentivar a produção acadêmica e análise crítica a partir dos resultados das pesquisas “Estudo da Imagem do Judiciário Brasileiro” e “Quem Somos. A Magistratura que Queremos”.

A primeira edição do concurso teve abrangência nacional e contou com a participação de magistrados, ativos e aposentados, e pensionistas, associados à AMB.

A premiação foi realizada no Congresso Brasileiro de Magistrados de 2022.





**CICLO DE PALESTRAS
COM GRANDES JURISTAS
MUNDIAIS**

+ de
2 mil
visualizações

7 encontros



**A influência da
Análise Econômica
de Direito**

17 de junho de 2021

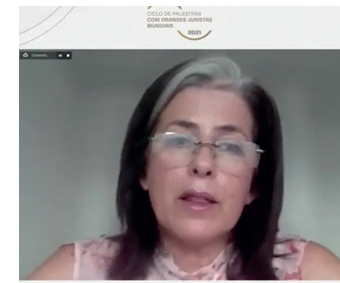
1,043
visualizações



**Uma abordagem
empírica do Chile e
o Direito
Comparado**

2 de julho de 2021

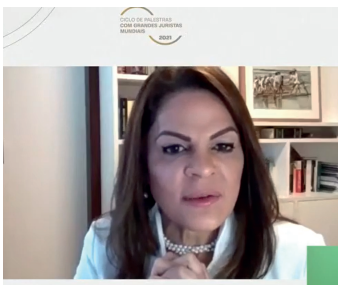
276
visualizações



**Sistemas de
governo: diálogos
entre Brasil e
Portugal**

10 de setembro de 2021

133
visualizações



Direito, democracia e riscos: vínculos com o futuro

24 de setembro de 2021

181

visualizações



O Judiciário no Brasil Contemporâneo

3 de dezembro de 2021

154

visualizações

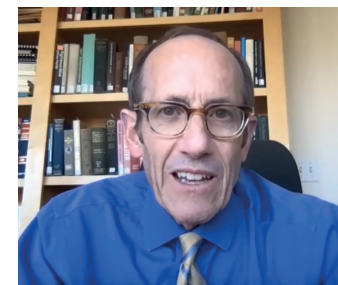


A inteligência artificial e o futuro da Justiça brasileira

8 de março de 2022

173

visualizações



Plea bargaing e o novo código de processo penal

2 de setembro de 2022

153

visualizações

Live / Webinar

Participação feminina na política e no judiciário (2020)



489
visualizações

Resquícios do patriarcado, educação escolar e familiar, legislação, período eleitoral e fakenews. Esses foram alguns dos temas levantados durante Live sobre participação feminina na política. O encontro foi organizado pelo CPJ e contou com a participação da presidente da AMB, Renata Gil; do diretor do CPJ, ministro Salomão; da deputada federal Tábata Amaral (PDT/SP), da secretária-geral do TSE, Aline Osório; e da juíza do TJCE, Bruna Rodrigues.

Webinar Efetividade da Recuperação de Empresas no Brasil (2021)

Os principais resultados da pesquisa “Métricas de Qualidade e Efetividade da Justiça Brasileira: um Estudo do Processo de Recuperação de Empresas” foram apresentados durante o Webinar “Efetividade da Recuperação de Empresas no Brasil”, no dia 8 de novembro de 2021, no canal da FGV no Youtube. O estudo é resultante de trabalho conjunto entre o Centro de Pesquisas Judiciais da AMB (CPJ), o Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário (CIAPJ) da FGV Conhecimento, e uma rede interinstitucional de pesquisadores.

Na abertura do debate, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), diretor do CPJ e professor da FGV, Luis Felipe Salomão, destacou que o estudo apresentado é uma pesquisa inédita no Brasil, cujo assunto ainda é desconhecido no campo jurídico e no mundo empresarial.



Já a presidente da AMB também adiantou um dos principais resultados da pesquisa: ainda há pouca especialização no sistema de justiça brasileiro envolvendo a recuperação de empresas. “Isso dificulta a análise desses processos. Nós precisaríamos de mais juizes, varas especializadas e mediadores treinados para atuar na fase de composição processual e pré-processual. É um desafio que merece ser tratado com dados e números para posteriormente encaminharmos os resultados para o CNJ. Nós não teríamos como criar política pública sem embasamento de dados”, ressaltou Renata Gil.

parceiras

Para ampliar o alcance das pesquisas e o impacto dos resultados, o Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) firmou importantes parcerias com instituições renomadas entre 2020 e 2022.



Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP),



Fundação Getúlio Vargas (FGV),



Jusbrasil



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)



Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ)



Flacso- Brasil



UnB



Enfam



A Associação da Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA)



Associação Internacional de Transportes Aéreos. (IATA)



Associação Brasileira das Empresas Aéreas



Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil

CNJ / AMB / ABJ / CPJ

2022



O CPJ, representando a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), assinou um termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação de ações conjuntas de desenvolvimento de pesquisas científicas sobre lavagem de dinheiro e crimes ambientais. O acordo visa a expansão do conhecimento voltado à proteção ao meio ambiente e ao aprimoramento da atuação dos membros do Poder Judiciário. A Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ) também faz parte da parceria.

Com o acordo, o CPJ ficará responsável pela coordenação da pesquisa, englobando e sistematizando os resultados quantitativos e qualitativos. Já o CNJ viabilizará o acesso à Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), além de realizar as entrevistas necessárias para a elaboração do relatório. A ABJ vai analisar os dados quantitativos obtidos pelos pesquisadores com base em instrumentos de análise de dados e de jurimetria.

O acordo prevê a publicação da pesquisa “A atuação jurisdicional nos crimes relacionados ao meio ambiente”.

O termo foi assinado em 30 de agosto de 2022, na sede do CNJ, pela presidente da AMB, Renata Gil, pelo presidente do Conselho, ministro Luiz Fux, pelo secretário-geral da ABJ, Júlio Adolfo Zucon Trecenti e pelo diretor financeiro da ABJ, Igor Pretel.

CNJ / AMB / ABJ / CPJ

2022



Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por meio do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ), assinou um acordo com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Jusbrasil e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a fim de aprimorar a pesquisa de jurisprudência em áreas estratégicas por meio da tecnologia. O anúncio foi feito durante o X Fórum Jurídico de Lisboa.

O Termo de Cooperação com o IDP, Jus Brasil e AMB com o apoio do PNUD, visa o desenvolvimento de atividades colaborativas, a realização conjunta de pesquisas e treinamentos para capacitação e difusão do conhecimento jurídico, para aprimorar a pesquisa da jurisprudência com uso de tecnologia. Em breve será lançado um edital convite para grupos de pesquisa das instituições parceiras.

ALTA / JURCAIB / ABEAR / IATA

2022



O Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e as associações nacionais e internacionais de companhias aéreas - Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA); a Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais no Brasil (Jurcaib); a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (ABEAR); e a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA) - firmaram primeira pesquisa prevista será um diagnóstico sobre a judiciali-

zação do transporte aéreo no parceria no último dia 29 de novembro para a realização de pesquisas em conjunto. A primeira pesquisa prevista será um diagnóstico sobre a judicialização do transporte aéreo no Brasil, o objetivo do levantamento é compreender as razões do alto índice das demandas contra as companhias aéreas no Brasil.

Site



lançado em 2021

+de
108 mil
acessos

+de
800 mil
visualizações
de páginas

+de
100
matérias
publicadas

Inclusivo

Possui ferramenta hand talk, que traduz simultaneamente conteúdos em português para a língua brasileira de sinais. O aplicativo tem o objetivo de fazer a inclusão social de pessoas surdas.



Layout moderno Interativo Fácil navegação Acessível

O hotsite foi produzido pela Comunicação da AMB, com a proposta de abrir um diálogo com a sociedade sobre os assuntos mais importantes do Judiciário. A plataforma reúne um rico acervo com estudos desenvolvidos desde 1996 até as últimas pesquisas coordenadas pelo órgão.

Neste site, é possível conhecer os estudos desenvolvidos desde 1996 até as últimas pesquisas coordenadas pelo órgão; acessar documentos, e conferir às atualizações sobre o trabalho do CPJ. Na aba “Institucional” opção “Conheça o CPJ” concentra-se as informações sobre a origem do Centro de Pesquisas Judiciais.

Na aba “Regimento Interno”, os usuários do site conseguem conferir as normas internas, bem como a natureza, os objetivos e as atividades do Centro de Pesquisas Judiciais. Ao clicar em “Diretoria” há o redirecionamento para informações relacionadas aos quatro integrantes, que estão sob a coordenação do diretor do Centro de Pesquisas Judiciais, ministro Luís Felipe Salomão (STJ). Cabe destacar também, que no site há um espaço dedicado aos concursos, nesta ficarão disponíveis os editais e resultados dos vencedores.



na mídia

O trabalho realizado pela Comunicação da AMB ajudou na consolidação da imagem e credibilidade do órgão para magistratura, comunidade acadêmica e sociedade civil.

+de **800** | menções
na imprensa



Online
772



Impresso
15



Diário of.
14



Rádio
1



Tv
20

Grande repercussão

Pesquisa "O exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação" teve ampla repercussão na imprensa. O assunto contou com mais de 100 publicações.

ESTADÃO 360 Política

Maioria dos juizes considera que digitalização ampliou acesso à Justiça, mas é contra perícias e tribunal do júri virtuais, aponta estudo

Pesquisa inédita feita pela AMB em parceria com a UnB ouviu mais de 1,8 mil magistrados de todas as regiões e segmentos do Judiciário

globo.com | g1 | ge | gshow | globoplay | tecnologia

JUDICIÁRIO

WhatsApp superou e-mail e se tornou principal meio de comunicação no Judiciário

g1 BAHIA

Digitalização da magistratura: estudo aponta ampliação do acesso à Justiça no Brasil; pandemia acelerou processo

Mais de 1.800 juizes participaram do estudo. Resultados preliminares foram apresentados no Congresso dos Magistrados em Salvador.

FOLHA Folha de S. Paulo + Seguir Exibir Perfil

Juízas se queixam do avanço da violência doméstica com trabalho remoto no Judiciário

reuniões

16 reuniões
Ordinárias

+de
43 reuniões
de projetos

Reunião Ordinária do CPJ

05.02.2020



Diretrizes e objetivos do Centro de Pesquisas Judiciais; Regimento Interno –Ato Executivo nº148/2019; Andamento da complementação das procurações para mudanças no Estatuto da AMB, que prevê o CPJ como órgão da AMB; Estrutura mínima do CPJ-AMB; Parcerias: FGV –Direito -Rio; Apresentações pesquisas existentes;

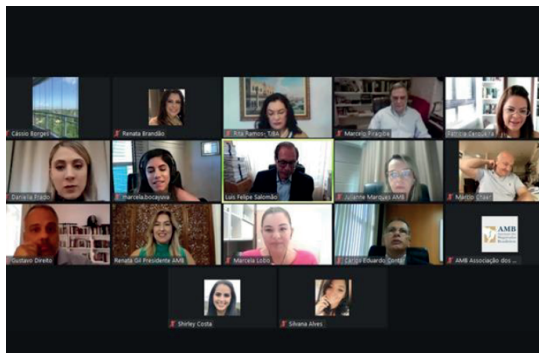
Reunião Ordinária do CPJ

16.03.2020

Foi apresentado o Centro de Pesquisas e abordou-se as pesquisas, ocorrida ainda no mês de fevereiro, com o Banco Mundial, da qual participaram profissionais da área de insolvência e regulação, além de acesso à Justiça, tudo relacionado ao relatório que o Banco Mundial faz.

Reunião Ordinária do CPJ

22.06.2020



Tratativas iniciais da Pesquisa de Recuperação de Crédito perpassam pelo encaminhamento do Acordo de Cooperação entre AMB e FGV.

Reunião Ordinária do CPJ

11.12.2020

Foi aprovado o regimento interno do CPJ junto aos Conselhos de Representantes e Executivo da AMB. foi alcançado o quórum necessário para consolidar a aprovação do novo estatuto que transforma, oficialmente, o CPJ em Órgão, saindo do status de departamento.

Reunião

16.06.2020

Divulgação do Concurso de artigos e composição dos membros da banca avaliadora do I concursos de artigos.

Reunião

29.07.2020

Projeto de Livro AMB – Livro Sistema Penal Contemporâneo.

Reunião

01.09.2020

Foi apresentado PLANO DE TRABALHO da pesquisa sobre RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, a ser realizada pela FGV e AMB(CPJ), com apoio do IRB, do FONAJEM, UERJ, UFF.

Reunião

15.06.2020

Pesquisa UnB/Flacso deliberações sobre a pesquisa seu projeto e calendário.

Reunião

10.06.2020

Reunião da Comissão Examinadora do 1º Concurso de Artigos CPJ.

Reunião

21.10.2020

Reunião com Secretaria de Modernização do Estado da Presidência da República do Brasil – SEME

Reunião

31.08.2020

Reunião com examinadores do I concurso de Artigos do CPJ

Reunião 02.02.2021

Apresentação da nova colaboradora do CPJ - Nathalia Vince

Reunião Ordinária do CPJ 05.02.2021

Foi apresentado o relatório de atividades do CPJ e apresentadas sugestões para o hot site do centro. Também foi apresentado o levantamento do material físico e digital existentes nos arquivos da AMB que pudesse ser migrado para o site do CPJ. Divulgação da pesquisa sobre a recuperação de crédito (parceria CIAPJ/FGV).

Reunião Ordinária do CPJ 10.05.2021



Pesquisa UnB/Flacso – “o exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação” foi apresentado às pesquisadoras Rebecca

Igreja e Talita Rampin e suas opiniões sobre o Plano de Trabalho da pesquisa. Pesquisa FGV Recuperação de Crédito foi concluída e material encaminhado para avaliação da professora Sadek.

Reunião Ordinária do CPJ 10.06.2021

Foi solicitada uma pesquisa da Diretoria de Política Institucional e de apoio para Magistrados e Filhos com Necessidades Especiais da AMB. Foi tratado possível data para o lançamento do livro Sistema Penal Contemporâneo e tratou-se do hot site e suas demandas.

Reunião Ordinária do CPJ 09.08.2021

Dra. Patrícia informou sobre andamento da pesquisa com o grupo da ENFAM e questionário será aplicado pelo CPJ. A Carol (ASCOM) apresentou hot site e fizeram mapeamento de onde foi divulgado o lançamento. Apresentou a quantidade de acessos desde o dia do lançamento.

Reunião do CPJ e FLACSO 30.08.2021

Realizada uma reunião presencial para alinhar o estudo sobre o uso de novas tecnologias para prestação jurisdicional. A pesquisa está sendo coordenada pelo CPJ, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).



Reunião CPJ com a FLAM 08.09.2021

Foi realizada reunião com a Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM), por videoconferência, para alinhar a realização de pesquisa inédita como objetivo de traçar um perfil internacional da magistratura com base em dados fornecidos por 17 países.



Reunião Ordinária do CPJ

07.10.2021

UnB/FLACSO/CPJ/AMB: Rebecca Igreja (Pesquisadora) informou que o formulário está em fase de conclusão, apenas finalizando ajustes. Estão fazendo outras entrevistas, além das exploratórias, com o objetivo de auxiliar na interpretação do material.

Reunião

27.09.2021

Dra. Vera Deboni, Dra. Patrícia Cerqueira e Dr. Fernando. foi debatido sobre os dados levantados para pesquisa dos aposentados e como tratar essas informações.

Reunião

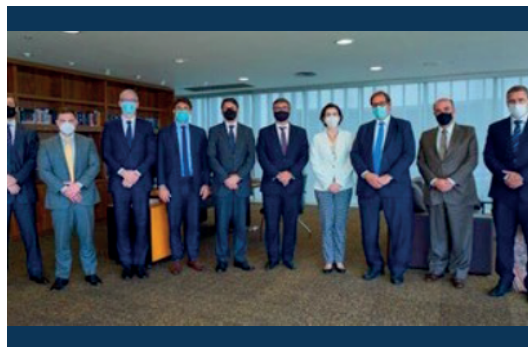
06.09.2021

Deliberações sobre pesquisa da FLAM.

Reunião com a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA)

07.10.21

No gabinete do ministro Luis Felipe Salomão.



Reunião Ordinária do CPJ

06.12.2021

Apresentou as tratativas da Pesquisa Universidade de Columbia e do lançamento do ebook. Cronograma da pesquisa Unb/FLACSO aprovado.

Reunião

27.01.2022

Reunião centro de pesquisas judiciais – CPJ/AMB – UnB, FALCSO e assessoria de comunicação da AMB.

Reunião

14.02.2022

Foi discorrido sobre a gravação do vídeo institucional do CPJ e pesquisa Atuação jurisdicional no combate à lavagem de dinheiro relacionada a crimes ambientais acerca do foco real da pesquisa. Ideia inicial fazer estudo sobre crimes ambientais envolvendo das cadeias de financiamento e lavagem de dinheiro e avaliação desses riscos com intuito de verificar a cadeia de como são feitos os crimes ambientais que estão se tornando 'legalizados'.

Reunião Ordinária do CPJ

14.05.2022

Foi apresentado a pesquisa Exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de Informação e de Comunicação - UnB/FLACSO/CPJ/AMB no XXIV CBM. Discorreu sobre a estratégia de divulgação, sugeriu fatiar os dados da pesquisa em temas pertinente se verificar como serão feitos os cruzamentos dos dados pela riqueza do material. O Ministro Salomão propôs segundo concurso para 2022. Discorreu sobre a entrega do prêmio do primeiro concurso de monografia no CBM.

Reunião Ordinária do CPJ 15.06.2022

Foi informado pelo Dr. Marcelo Piragibe a pouca adesão em alguns países devido a ditadura e a resistência de coisas vinda da associação. Foi discorrido sobre as dificuldades na quantidade avaliadores nos artigos no primeiro concurso. Ideia fazer concurso com pesquisa das novas tecnologias e inteligência artificial e mudar a forma de avaliação.

Reunião Ordinária do CPJ 15.08.2022

Foi informado o encerramento da fase de aplicação do questionário em todos os países bem como o adiamento do lançamento da pesquisa AMB Mulheres/ ENFAM. Dra. Daniela informou a realização de um ACT ente ABJ/CNJ/AMB para cumprir-se o estudo.

Reunião IDP 28.07.2022

Tratativas de cooperação para desenvolvimento do estudo Meio Ambiente.

Reunião IDP 14.07.2022

Reunião para definir edital.

Reunião IDP 13.06.2022

Reunião para definir acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o IDP, a FGV, a AMB, o Jusbrasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Reunião IDP 06.09.2022

Reunião para definir edital AMB/IDP/Jusbrasil.

Reunião Comunicação Externa 02.05.2022

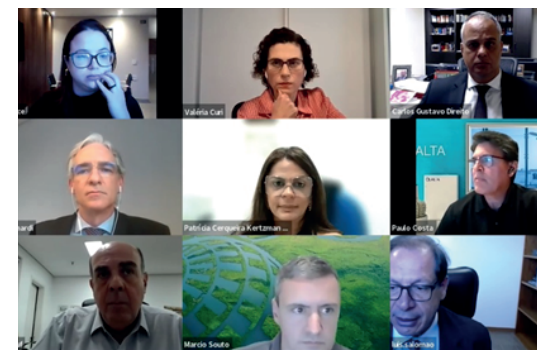
Alinhamento com professoras Rebecca, Talita e ASCOM.

Reunião FLACSO 24.03.2022

Reunião de alinhamento pesquisa O Exercício da jurisdição e das novas tecnologias.

Reunião extraordinária ALTA, CPJ

Reunião de alinhamento pesquisa cias aéreas.



Reunião AMB Mulheres e CPJ 13.06.2022

Reunião AMB Mulheres e CPJ



Reunião
29.09.2022

Reunião de alinhamento relatório de atividades.

Reunião
27.09.2022

Entrevista candidatos projeto meio ambiente

Reunião
20.09.2022

Reunião de alinhamento relatório de atividades.

Reunião
09.09.2022

Reunião de alinhamento.

Reunião
08.09.2022

Reunião com integrantes das companhias aéreas.

Reunião
26.07.2022

Reunião de alinhamento para pesquisa de fake News.

Reunião IDP
01.07.2022

Reunião extraordinária AMB/CNJ/ABJ.

Reunião IDP
21.06.2022

Reunião de alinhamento pesquisa Fake News.

**Reunião
Comunicação Externa**
08.09.2022

Reunião de alinhamento pesquisa FLAM.

Reunião Ordinária do CPJ
17.10.2022

Apresentação do resumo das atividades realizadas pelo CPJ ao longo dos seus 3 anos.

Reunião Ordinária do CPJ
14.11.2022

Foi discutido o andamento das pesquisas: Perfil a Magistratura na América Latina; o Perfil das Magistradas Brasileiras; A Atuação Jurisdicional no Combate à Lavagem de Dinheiro Relacionada a Crimes Ambientais e Fake News.

Reunião Ordinária do CPJ
17.12.2022

Foi apresentado o Balanço de Atividades e planejamento do Centro de Pesquisas Judiciais, além disso foi discutido o andamento de pesquisas.



Produção de ciência na Magistratura



Produção de ciência na Magistratura

Relatório de atividades

2020
2022